

A FORMAÇÃO DO LEITOR: ENTRE A INTENCIONALIDADE PEDAGÓGICA E OS DESAFIOS DO COTIDIANO



<https://doi.org/10.22533/at.ed.1111125170315>

Data de aceite: 03/06/2025

Suziane de Oliveira Porto Silva

Doutora em Linguística pelo Programa de Pós Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas. Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

RESUMO: A leitura constitui-se como prática fundante para o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia intelectual e da formação cidadã. No entanto, em muitas escolas públicas brasileiras, especialmente nas regiões interioranas, os espaços e políticas de fomento à leitura encontram-se fragilizados, carecendo de estrutura adequada e de sistematização. Este artigo apresenta os resultados de uma investigação qualitativa em uma escola pública estadual em Alagoas, com o objetivo de compreender como os espaços de leitura são configurados e mobilizados, bem como quais estratégias os docentes empregam para promover práticas leitoras no contexto escolar. Fundamentado em autores como Kleiman (2002), Koch (2013), Antunes (2003), Freire (1996) e Rojo (2009), o estudo articula concepções de leitura como prática social e como direito formativo. Os dados foram coletados por meio de questionário aplicado a nove docentes de diferentes

áreas do conhecimento e analisados segundo procedimentos da análise de conteúdo. Os resultados apontam para uma atuação docente comprometida com o incentivo à leitura, mas que esbarra em desafios estruturais, como a precariedade da biblioteca escolar, a ausência de políticas institucionais contínuas e a fragmentação das ações pedagógicas. Concluímos que a consolidação de uma cultura leitora demanda uma articulação entre infraestrutura, mediação qualificada e planejamento pedagógico interdisciplinar.

PALAVRAS-CHAVE: leitura escolar; letramento crítico; mediação docente.

ABSTRACT: Reading is a foundational practice for the development of critical thinking, intellectual autonomy, and citizenship education. However, in many Brazilian public schools—especially in rural regions—reading spaces and promotion policies remain fragile, lacking adequate infrastructure and systematization. This article presents the results of a qualitative investigation conducted in a public state school in Alagoas, aiming to understand how reading spaces are structured and mobilized, as well as which strategies teachers employ to promote reading practices in the school

context. Grounded in theoretical contributions from authors such as Kleiman (2002), Koch (2013), Antunes (2003), Freire (1996), and Rojo (2009), the study articulates conceptions of reading as a social practice and as a formative right. Data were collected through questionnaires administered to nine teachers from different subject areas and analyzed using content analysis procedures. The results indicate a committed teaching practice toward encouraging reading, yet hindered by structural challenges such as the precariousness of school libraries, the lack of continuous institutional policies, and the fragmentation of pedagogical initiatives. We conclude that the consolidation of a reading culture requires the articulation of infrastructure, qualified mediation, and interdisciplinary pedagogical planning.

KEYWORDS: school reading; critical literacy; teacher mediation.

1. INTRODUÇÃO

A leitura ocupa lugar central na constituição do sujeito enquanto agente social, cognitivo e político. Muito além da decodificação do texto escrito, ler é interpretar o mundo e situar-se criticamente diante dos discursos que o estruturam. Essa concepção, amplamente discutida por Freire (1996), Kleiman (2002) e Rojo (2009), confere à leitura uma função formativa que transcende o espaço escolar, mas que se materializa de forma privilegiada nele. Nesse sentido, garantir o acesso à leitura é assegurar o direito à palavra, ao conhecimento e à participação cidadã.

Entretanto, apesar do reconhecimento institucional da leitura como eixo estruturante do currículo, como demonstram os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), o cotidiano escolar revela um conjunto de desafios que fragilizam a efetivação de uma política de leitura sistemática e inclusiva. Tais desafios se evidenciam tanto na ausência de espaços adequados, como bibliotecas estruturadas e acervos atualizados, quanto na descontinuidade de projetos pedagógicos voltados à formação leitora e na fragilidade da mediação docente, muitas vezes relegada ao improviso e à individualização.

Essa problemática se agrava em contextos escolares situados em regiões marcadas por vulnerabilidade social e orçamentos públicos reduzidos, como ocorre em muitas escolas do interior nordestino. A invisibilização das bibliotecas escolares, sua marginalização nas políticas educacionais e a carência de formação continuada voltada à leitura compõem um cenário preocupante e recorrente. Como assinala Soares (2003), a leitura, embora central no discurso pedagógico, permanece periférica na organização institucional da escola.

Este artigo propõe uma análise situada dessa contradição, tendo como objeto os espaços de leitura e as práticas docentes em uma escola pública estadual em um município interiorano de Alagoas. A partir de uma abordagem qualitativa, buscou-se compreender: (i) de que modo os professores de diferentes áreas concebem e mobilizam a leitura em suas práticas; (ii) qual é o papel efetivo da biblioteca escolar nesse processo; e (iii) como a estrutura institucional favorece ou dificulta a consolidação de uma cultura leitora.

Parte-se da hipótese de que, embora os docentes reconheçam a importância da leitura e desenvolvam ações pontuais de incentivo, essas iniciativas são prejudicadas pela ausência de políticas escolares continuadas, pela precariedade dos espaços de leitura e pela desarticulação entre a biblioteca e o projeto político-pedagógico da escola. Assim, a leitura permanece como valor simbólico, mas carece de condições materiais, institucionais e didáticas para se constituir como prática efetiva e cotidiana.

Dessa forma, esta investigação articula uma reflexão crítica sobre o direito à leitura, o papel da mediação docente e a importância da biblioteca escolar como espaço de formação leitora. Busca, assim, contribuir para o debate sobre as condições de produção da leitura no interior da escola pública e apontar caminhos possíveis para o fortalecimento de políticas de letramento em contextos marcados pela escassez de recursos, mas também por experiências de resistência e compromisso pedagógico.

2. LEITURA, ESCOLA E FORMAÇÃO DE LEITORES: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

A leitura ocupa papel central nos debates sobre formação escolar, cidadania e inclusão social. Contudo, ao longo da história educacional brasileira, ela tem sido tratada ora como um fim em si mesma, ora como um instrumento funcional de escolarização. Esse tratamento reducionista negligencia o fato de que ler é, antes de tudo, uma prática social, discursiva e situada, profundamente relacionada à constituição de identidades, ao exercício da cidadania e à construção de pertencimento simbólico à cultura letrada.

Autores como Kleiman (2002) defendem a necessidade de se romper com a visão da leitura como simples extração de informações do texto. Para a autora, a leitura precisa ser compreendida como prática social, o que implica reconhecer que ela ocorre em contextos específicos e envolve objetivos determinados, sujeitos com repertórios próprios e normas de interpretação historicamente construídas. Ela afirma que “a leitura é um processo interativo, em que o autor considera seu leitor ao escrever, possibilitando que ele interaja com suas ideias através do texto” (KLEIMAN, 2002, p. 15).

Essa interação não se dá de forma neutra, pois o texto carrega marcas ideológicas, sociais e culturais que precisam ser decodificadas à luz da experiência do leitor. Nesse sentido, a leitura escolar deve formar sujeitos capazes de interpretar criticamente os discursos, problematizando as intenções, valores e relações de poder presentes em textos diversos.

A esse aspecto, Koch (2008) acrescenta a noção de leitura como produção ativa de sentidos. Para ela, o leitor não apenas interpreta, mas constrói o significado com base nos elementos linguísticos do texto e nos saberes que mobiliza em seu processo inferencial. A autora defende que:

A leitura é uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza, evidentemente, com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes no interior do evento comunicativo. (KOCH, 2008, p. 215).

Ao compreender a leitura nesse viés interacional, rompe-se com a ideia de que o sentido está dado no texto ou reside exclusivamente no leitor. Leffa (1999), nesse debate, propõe entender o ato de ler como uma prática mediada pelas convenções sociais e pelas regras discursivas de cada esfera de atividade humana. O significado, portanto, é sempre negociado no interior das práticas comunicativas.

Essa concepção de leitura encontra respaldo também nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), que, embora influenciados por tendências socioconstrutivistas, ainda sofrem com a fragmentação entre proposta teórica e aplicação prática. Os PCNs reconhecem que a leitura na escola precisa dialogar com as práticas sociais reais, de modo a fazer sentido para os estudantes, valorizando seus objetivos, seus suportes de leitura cotidianos e os gêneros que circulam em suas comunidades. O documento aponta que “fora da escola, não se lê só para aprender a ler, não se lê de uma única forma [...] raramente se lê em voz alta” (BRASIL, 1998, p. 4).

Contudo, nas escolas públicas, sobretudo naquelas localizadas em municípios interioranos de Alagoas, a leitura continua sendo ensinada como habilidade técnica, marcada por exercícios mecânicos, interpretações padronizadas e avaliações centradas na resposta certa, o que compromete o desenvolvimento da leitura crítica e reflexiva. A prática pedagógica muitas vezes desconsidera os princípios teóricos do próprio currículo nacional.

Nesse contexto, destaca-se a crítica de Soares (2003), que chama atenção para a distância entre o discurso institucional sobre a leitura e as condições reais de seu ensino nas escolas públicas. A autora afirma que: “embora o discurso sobre a importância da leitura seja constante, os espaços destinados a ela são escassos, precários e, muitas vezes, desconsiderados na organização pedagógica da escola” (SOARES, 2003, p. 6).

A ausência de espaços adequados, como bibliotecas escolares estruturadas, compromete não apenas o acesso ao acervo, mas a própria legitimação da leitura como prática escolar relevante. Em muitas instituições, a biblioteca é convertida em depósito de livros ou sala de reforço, o que inviabiliza seu uso como espaço de experimentação estética e de fruição literária.

A esse quadro soma-se a precariedade da formação continuada dos docentes no que se refere ao trabalho com a leitura em diferentes gêneros e suportes. Muitos professores não dispõem de tempo pedagógico, recursos didáticos ou respaldo institucional para planejar e executar práticas leitoras sistemáticas, sendo forçados a atuar por iniciativa própria, com base em repertórios pessoais. Essa realidade, longe de ser exceção, configura-se como regra em muitas escolas públicas do interior.

Apesar disso, há professores que assumem a leitura como prática de resistência, engajando-se em projetos autônomos de incentivo à leitura, promovendo rodas literárias, feiras de livros, saraus e atividades interdisciplinares, mesmo em contextos adversos. Nesses casos, a mediação docente é decisiva para garantir o direito à leitura. Antunes (2003) sustenta que, para formar leitores, é preciso oferecer práticas consistentes de leitura em sala de aula, com intencionalidade pedagógica clara e textos de qualidade. Antunes argumenta que “o grande tempo destinado à procura de dígrafos [...] poderia ser muito mais bem aproveitado com a leitura e análise (diária!) de textos interessantes” (ANTUNES, 2003, p. 71).

Além da mediação individual, é necessário que a escola incorpore a leitura como valor institucional. Isso envolve repensar os usos da biblioteca, articular o trabalho com leitura a outras disciplinas, planejar atividades permanentes e garantir a circulação de textos relevantes e contextualizados. Silva (2003), ao discutir o papel da biblioteca na formação cidadã, destaca que, quando bem articulada ao currículo, a biblioteca escolar pode desempenhar função central na constituição de sujeitos leitores. No entanto, ela reconhece que “a biblioteca escolar é um espaço estratégico de formação cidadã, mas permanece invisível no cotidiano das escolas públicas” (SILVA, 2003, p. 24).

Essa invisibilidade compromete o acesso dos alunos a experiências diversificadas de leitura, o que afeta diretamente sua formação acadêmica e sua autonomia intelectual. Em contextos de vulnerabilidade social e escassez de políticas públicas efetivas, como ocorre em muitas escolas de municípios interioranos de Alagoas, essa negligência tende a se agravar, criando um círculo vicioso de fracasso escolar e exclusão simbólica.

É por isso que autores como Rojo (2009) e Freire (1996) defendem o letramento como processo político. Rojo propõe o conceito de letramento crítico, que consiste em formar sujeitos capazes de compreender os textos não apenas em sua literalidade, mas em sua dimensão ideológica, discursiva e social. A autora enfatiza que “letramentos são práticas sociais de leitura e escrita que envolvem atitudes, valores, sentimentos e ideologias” (ROJO, 2009, p. 12), sendo, portanto, práticas que formam sujeitos críticos. Essa proposta encontra respaldo na pedagogia freiriana, que compreende o ato de ler como uma forma de interpretar o mundo. Para Freire (1996), ler não é apenas um exercício técnico, mas um gesto político e existencial. O autor assegura que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra. [...] Ler é, antes de tudo, perceber o mundo e interpretá-lo” (FREIRE, 1996, p. 13).

Ao retomar essas contribuições teóricas, evidencia-se que o ensino da leitura deve articular-se à formação integral dos estudantes. Dolz e Schneuwly (2004) contribuem nesse debate ao propor que o ensino de gêneros textuais seja estruturado com base em práticas sociais de linguagem. Para os autores, é necessário que o trabalho com leitura seja planejado em etapas, com objetivos comunicativos claros, progressão didática e foco na apropriação crítica de gêneros diversos. Assim, formar leitores é um processo didático e institucional, que requer investimento, planejamento e compromisso coletivo.

A leitura, portanto, precisa ser entendida como um direito e uma política. Em um cenário educacional marcado por desigualdades históricas e estruturais, ela deve ser promovida como prática de resistência, instrumento de emancipação e condição para a cidadania plena. Não se trata apenas de ensinar a ler, mas de garantir que todos possam se constituir como sujeitos leitores.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, centrada na análise das práticas de leitura desenvolvidas em uma escola pública situada em um município interiorano de Alagoas. Partimos da compreensão de que a pesquisa qualitativa é a mais adequada para estudos que visam à compreensão de processos sociais e simbólicos em contextos específicos, como é o caso da formação de leitores no espaço escolar. Conforme Minayo (2001), esse tipo de investigação permite captar o universo dos significados, das motivações, das aspirações e das práticas cotidianas dos sujeitos envolvidos no campo empírico.

O objeto de estudo delimitado foi a biblioteca escolar e as ações pedagógicas relacionadas à promoção da leitura desenvolvidas no ambiente da escola. O foco incidiu sobre a articulação (ou ausência dela) entre o espaço da biblioteca, os projetos de leitura e a atuação docente. Buscou-se compreender como os sujeitos envolvidos, professores, alunos e gestores, percebem e utilizam a biblioteca no cotidiano escolar, e de que modo essa experiência contribui (ou não) para a formação de leitores críticos e autônomos.

O campo empírico da pesquisa foi uma escola pública de ensino fundamental e médio, localizada em um município interiorano do estado de Alagoas. A escola apresenta características comuns a muitas instituições educacionais da região: infraestrutura inadequada, acervo reduzido, ausência de bibliotecário, carência de políticas públicas sistemáticas de incentivo à leitura e projetos pedagógicos centrados em conteúdos formais. A escolha da escola foi intencional, fundamentada no interesse em analisar a leitura em contextos marcados por vulnerabilidades sociais e educacionais.

Para a produção dos dados, foram utilizados os seguintes instrumentos metodológicos: observação participante, entrevistas semiestruturadas com professores de Língua Portuguesa e análise documental de projetos pedagógicos e registros escolares relacionados às ações de leitura. A observação teve como objetivo compreender o uso cotidiano da biblioteca e as práticas de leitura efetivamente desenvolvidas no interior da escola. As entrevistas buscaram captar as percepções dos professores sobre o papel da leitura na formação dos alunos, os desafios enfrentados e as estratégias adotadas para promover o letramento em contextos adversos.

As entrevistas foram realizadas com quatro docentes da área de Linguagens, todos com atuação direta no ensino da leitura e com experiência profissional na escola superior a três anos. O roteiro das entrevistas contemplou questões sobre a presença da leitura nos planejamentos, o uso da biblioteca, a articulação da leitura com os demais componentes curriculares, a percepção sobre o perfil leitor dos alunos e as práticas de incentivo à leitura mais recorrentes.

A análise dos dados foi orientada pela técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), em que os registros empíricos foram organizados em categorias temáticas emergentes, a partir da recorrência de enunciados e da convergência de sentidos atribuídos pelos sujeitos entrevistados. Essa técnica permitiu identificar padrões, contradições e potencialidades nas práticas de leitura observadas, sempre com atenção às especificidades do contexto escolar investigado.

O percurso metodológico adotado visou, portanto, a produzir uma análise cuidadosa, situada e crítica sobre o ensino da leitura em uma escola pública periférica. A triangulação de fontes, observação, entrevistas e documentos, garantiu maior consistência interpretativa aos dados e permitiu uma aproximação densa com o cotidiano escolar, revelando tanto as dificuldades estruturais quanto as resistências docentes que compõem o cenário da formação leitora no Brasil contemporâneo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao iniciarmos a análise dos dados, buscamos compreender quem são os sujeitos envolvidos nas ações de leitura da escola pesquisada. Para isso, elaboramos uma questão destinada a identificar tanto o cargo ocupado quanto a formação acadêmica dos participantes. Entendemos que esse levantamento inicial é fundamental para situarmos as práticas relatadas em relação ao percurso formativo e ao lugar institucional ocupado por cada profissional.

Os dados obtidos revelaram uma composição heterogênea do corpo docente e técnico-pedagógico: foram registradas formações em Letras/Português, História, Geografia e Pedagogia, além de um grupo expressivo de participantes que optaram por não informar sua formação específica, indicando apenas a função exercida.

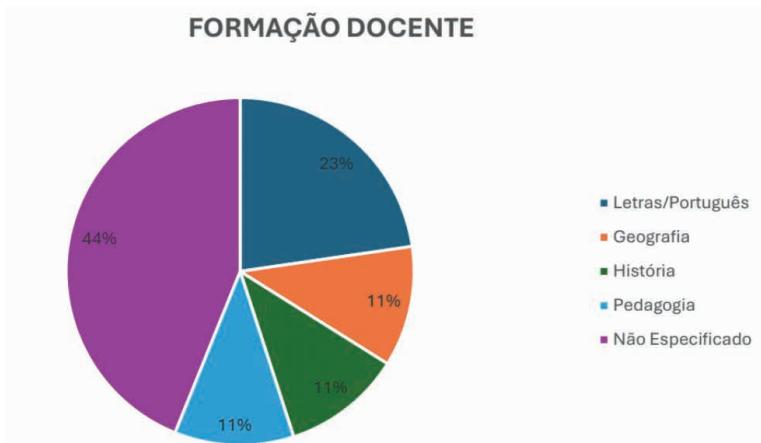


Gráfico 1 – Cargo e formação dos participantes

Fonte: Elaborado pela autora

O maior percentual correspondeu justamente a esse grupo que não especificou sua área de formação (44,5%). Essa omissão, embora num primeiro momento possa ser atribuída a uma falha no preenchimento, nos leva a refletir sobre possíveis silenciamentos ou desarticulações entre formação e identidade profissional. Em muitos contextos escolares, especialmente em instituições públicas de regiões vulneráveis, observamos que as atribuições docentes e técnico-pedagógicas nem sempre caminham em consonância com a formação inicial, o que pode gerar certo apagamento do percurso acadêmico no cotidiano de trabalho.

Já os profissionais com formação em Letras/Português representaram 22,5% do total de respondentes, todos atuando em cargos de coordenação pedagógica. Embora não estejam em sala de aula no momento da coleta de dados, sua inserção em funções de gestão pedagógica nos parece significativa, dado o foco desta pesquisa na leitura como prática formativa. A presença desses sujeitos indica a possibilidade de articulações institucionais entre os projetos de leitura e a proposta curricular da escola, ainda que tais iniciativas nem sempre se concretizem de forma sistemática.

As demais áreas apareceram em proporções menores e vinculadas a funções diversas, como docência direta e articulação de ensino. Essa diversidade formativa reforça a necessidade de pensarmos a leitura como um campo transdisciplinar, que exige o envolvimento de diferentes saberes e práticas. No entanto, como já indicam autores como Antunes (2009) e Kleiman (2005), esse envolvimento só se efetiva quando há clareza institucional sobre o papel da leitura nos diferentes componentes curriculares e quando os profissionais recebem suporte teórico e metodológico para atuar nesse campo.

Compreendemos, portanto, que o perfil dos participantes oferece uma chave interpretativa importante para as análises que se seguem. O reconhecimento das formações e funções ocupadas nos permite problematizar em que medida essas condições contribuem para o fortalecimento — ou para a fragilização — das ações voltadas à formação de leitores no espaço escolar.

4.2. REPERTÓRIO LITERÁRIO SUGERIDO PELOS PROFISSIONAIS

Com o intuito de compreender as práticas individuais de incentivo à leitura e mapear as referências literárias mobilizadas pelos profissionais da escola, propusemos uma pergunta aberta no questionário solicitando que os participantes indicassem uma obra literária que considerassem apropriada para o trabalho pedagógico em sala de aula. A pergunta previa a possibilidade de o participante optar por não indicar nenhuma obra, caso assim desejasse.



Gráfico 2 – Leituras sugeridas por docentes e equipe pedagógica

Fonte: Elaborado pela autora

A análise das respostas revelou que a maioria dos participantes apresentou ao menos uma sugestão de leitura, com exceção de um dos sujeitos com formação em Pedagogia, que optou por não indicar nenhuma obra. As respostas demonstram um predomínio da literatura brasileira canônica, com recorrência de títulos consagrados no cenário nacional.

Entre as obras mencionadas, observamos a prevalência de *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, sugerida por docentes com formação em Letras, História e Geografia. Em seguida, surgem outras indicações relevantes, como *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, recomendada por uma professora de Língua Portuguesa; *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, e *O Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, ambos sugeridos por participantes que não especificaram sua formação acadêmica.

Ao refletirmos sobre essas escolhas, notamos que todas as obras pertencem ao repertório da literatura clássica brasileira, frequentemente presente nos currículos escolares e nas avaliações externas. A centralidade dessas indicações pode indicar uma familiaridade dos docentes com o cânone literário, o que, por um lado, garante a valorização de textos com reconhecida relevância cultural e estética; por outro, levanta questões sobre a diversidade das leituras propostas aos estudantes, sobretudo no que se refere à inclusão de obras contemporâneas, de autores negros, indígenas ou regionais, que ampliem os horizontes interpretativos e representativos da leitura na escola.

Além disso, as escolhas dos participantes evidenciam uma compreensão da literatura como ferramenta de formação crítica, dado o teor social, histórico e simbólico das obras mencionadas. *Vidas Secas*, por exemplo, permite múltiplas abordagens sobre a desigualdade social, a seca no sertão e a desumanização do trabalhador rural — temas que, se mediados de forma sensível, podem ampliar o repertório dos estudantes e conectá-los às suas realidades locais.

Entretanto, destacamos que a escolha das obras deve ser acompanhada de um planejamento metodológico que considere o nível de leitura dos alunos, suas experiências prévias com a literatura e a mediação docente como ponte entre o texto e o sujeito leitor. Como lembra Antunes (2003), não basta disponibilizar bons textos: é necessário criar condições efetivas para que esses textos sejam lidos, compreendidos e ressignificados pelos estudantes. Em contextos marcados por dificuldades de acesso ao livro, como é o caso da escola investigada, a intencionalidade pedagógica na seleção e no uso das obras torna-se ainda mais essencial.

Com base nesse panorama, reafirmamos que as indicações dos participantes demonstram um compromisso com a valorização da literatura nacional, mas também nos instigam a refletir sobre a necessidade de diversificar o repertório literário escolar, de modo a contemplar diferentes vozes, gêneros e perspectivas, e, assim, formar leitores capazes de dialogar criticamente com a pluralidade de discursos presentes na sociedade.

4.3. AÇÕES DESENVOLVIDAS NA ESCOLA PARA A PROMOÇÃO DA LEITURA

Buscando aprofundar a compreensão sobre o incentivo à leitura no ambiente escolar investigado, incluímos no questionário uma pergunta objetiva sobre a existência de ações institucionais voltadas à leitura. Os participantes puderam responder “sim” ou “não” e, em caso de resposta afirmativa, deveriam listar as atividades desenvolvidas na escola relacionadas ao tema.

AÇÕES DESTINADAS À LEITURA

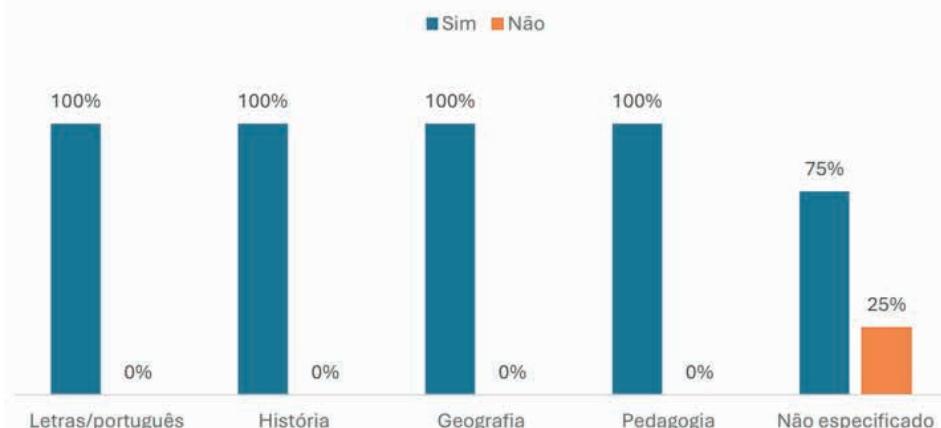


Gráfico 3 – Existência de ações escolares voltadas à leitura.

A análise das respostas aponta para um cenário majoritariamente positivo: todos os participantes com formação declarada em Letras, História, Geografia e Pedagogia responderam afirmativamente à existência de ações de leitura na escola. Apenas entre os sujeitos que não especificaram sua formação houve divergência, com 75% respondendo positivamente e 25% indicando ausência dessas práticas.

As ações relatadas foram variadas e revelam um esforço coletivo de mobilização da leitura no espaço escolar. Essas iniciativas nos permitem observar que a leitura não está restrita apenas ao componente de Língua Portuguesa, mas tem alcançado também outras áreas do conhecimento. Esse dado é relevante, pois indica um movimento de transversalidade e integração curricular, ainda que, como alerta Marcuschi (2008), essa transversalidade só se consolida de fato quando acompanhada de uma política formativa e institucional consistente. Nesse sentido, Kleiman (2002) afirma que a leitura possibilita ao aluno ativar simultaneamente seu conhecimento linguístico, textual e de mundo, articulando esses elementos em processos interpretativos complexos.

Acreditamos que o envolvimento de professores de diferentes áreas, aliado à lúdicodez dos projetos, favorece o interesse dos discentes, potencializando sua formação leitora. Como destaca Antunes (2003), formar leitores é uma tarefa que exige mediação constante, intencionalidade pedagógica e abertura ao diálogo com os múltiplos sentidos do texto. Assim, práticas que aliam prazer, participação e intencionalidade pedagógica podem ampliar não apenas o contato com os textos, mas a própria percepção dos estudantes sobre o papel da linguagem em sua formação como sujeitos sociais.

4.4. O PAPEL DOCENTE NA MEDIAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA LEITURA

Buscando compreender a percepção dos participantes acerca do próprio papel no processo formativo dos leitores, investigamos se os professores se reconhecem como agentes disseminadores da leitura. Partimos da premissa de que o docente ocupa um lugar central na formação leitora dos estudantes, não apenas como transmissor de conteúdos, mas como sujeito mediador, capaz de engajar seus alunos por meio da prática cotidiana e da valorização da leitura como experiência significativa.



Gráfico 4 – Percepção docente sobre o papel de disseminador da leitura

Fonte: Elaborada pelas autoras

Os dados revelaram que os participantes com formação em Letras, História, Geografia e Pedagogia responderam afirmativamente à pergunta, indicando um reconhecimento pleno de sua função enquanto incentivadores da leitura. Já entre os docentes que não especificaram sua formação, observamos um cenário dividido: 50% afirmaram considerar-se disseminadores da leitura, enquanto a outra metade respondeu negativamente.

Para aprofundar a análise, solicitamos aos docentes que se consideraram disseminadores da leitura que descrevessem práticas realizadas no contexto escolar. As respostas revelaram estratégias diversas, ainda que limitadas por questões estruturais. Professores de Língua Portuguesa mencionaram projetos como saraus e o uso da sala de leitura, mesmo com acervo restrito. O professor de Geografia destacou o incentivo à leitura como instrumento de transformação social, enquanto o de História apontou o desenvolvimento do senso crítico como foco principal. Participantes sem formação especificada relataram ações como palestras com escritores e ex-alunos, além do estímulo à leitura de diversos gêneros, como gibis, revistas e livros religiosos. Já os docentes de Pedagogia, embora se declarassem disseminadores, não indicaram práticas específicas, sugerindo uma possível distância entre intenção e ação pedagógica.

Retomando a reflexão de Silva (1985, p. 10), é necessário reafirmar que o professor não deve ser concebido como um mero mediador entre aluno e um saber neutro, mas como um agente que assume a leitura como prática social e política. Como enfatiza o autor, não se pode formar professores à margem de uma crise de leitura, pois “pensa-se que o professor é um disseminador de leitura nas escolas”, o que exige, portanto, compromisso formativo contínuo e engajamento com a cultura letrada.

Dessa forma, os dados analisados nos permitem afirmar que, embora as práticas docentes revelem limitações materiais, há um reconhecimento generalizado da leitura como dimensão estruturante da formação discente. As iniciativas relatadas, mesmo quando pontuais, demonstram que os professores buscam assumir esse papel de mediação e incentivo, reafirmando a importância da leitura como prática emancipadora e constitutiva da experiência escolar.

4.5. UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO DA BIBLIOTECA: PRÁTICAS E DESAFIOS

Após investigarmos a percepção dos docentes sobre a adequação da biblioteca, buscamos compreender se e como esse espaço tem sido utilizado no cotidiano pedagógico. Para tanto, questionamos se os professores costumam realizar atividades com os alunos na biblioteca e, em caso afirmativo, solicitamos a descrição dessas práticas.

ATIVIDADES NA BIBLIOTECA

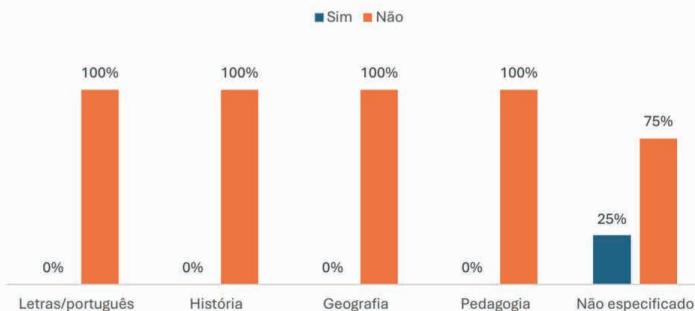


Gráfico 6 – Frequência de uso da biblioteca pelos docentes para atividades com os alunos
Fonte: Elaborado pela autora

De maneira geral, os dados indicam que a biblioteca escolar é pouco utilizada pelos docentes. Entre os participantes com formação em Língua Portuguesa, História, Geografia e Pedagogia, todos responderam negativamente. Apenas entre os docentes de formação não especificada houve um pequeno percentual (25%) que afirmou realizar atividades no espaço.

Os poucos que utilizam a biblioteca relataram promover atividades de pesquisa literária e didática, fazendo uso de materiais como livros, revistas, dicionários e, em alguns casos, recursos digitais disponíveis. Contudo, os próprios sujeitos apontam que tais práticas

são esporádicas, condicionadas à disponibilidade física da sala e à organização prévia dos grupos.

Os relatos revelam que as limitações do espaço, tanto em termos de infraestrutura quanto de acervo, têm impacto direto no uso pedagógico da biblioteca. Entre os obstáculos mencionados, destacam-se: a incapacidade de acomodar uma turma inteira, a falta de climatização e mobiliário adequado, e a escassez de títulos diversificados e atualizados. Diante dessas restrições, muitos professores preferem adaptar suas atividades utilizando o acervo em sala de aula, promovendo a leitura de forma descentralizada.

Esses dados evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas que requalifiquem os espaços de leitura nas escolas públicas. Como argumenta Silva (2010), não há política de leitura eficaz sem a presença de bibliotecas escolares ativas, mediadas por profissionais qualificados e integradas ao projeto pedagógico da escola. A biblioteca deve ser compreendida não como um espaço acessório, mas como núcleo dinamizador das práticas de linguagem, um ambiente de acesso ao conhecimento e de construção de sentidos.

Apesar das limitações, os professores demonstram compromisso com a formação leitora dos alunos, encontrando estratégias alternativas para manter viva a prática da leitura. Ainda que fragilizadas, essas iniciativas representam formas de resistência docente diante da precariedade institucional, reiterando o papel do professor como mediador de saberes e promotor da leitura como prática emancipadora.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo central analisar os espaços e as práticas de leitura em uma escola pública estadual situada em um município interiorano de Alagoas, a fim de compreender como a leitura é fomentada e vivenciada por professores e alunos no cotidiano escolar. Partimos do pressuposto de que, mesmo diante de limitações estruturais, seria possível encontrar práticas significativas de incentivo à leitura, promovidas por docentes comprometidos com a formação leitora dos discentes.

A fundamentação teórica que sustentou nossa análise baseou-se nas contribuições de Kleiman (2002), Antunes (2003) e Koch (2008, 2013), que defendem a leitura como uma prática social complexa, atravessada por múltiplas dimensões cognitivas, culturais e linguísticas. Também nos apoiamos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), que ressaltam a importância da leitura na formação cidadã e no desenvolvimento da criticidade.

A partir da aplicação de um questionário a docentes de diversas áreas do conhecimento, buscamos levantar informações sobre suas percepções, práticas e desafios no que diz respeito ao ensino da leitura. As respostas nos permitiram sistematizar cinco eixos de análise: (1) as indicações de obras literárias; (2) a existência de ações escolares voltadas à leitura; (3) o reconhecimento do professor como disseminador da leitura; e (4) o uso efetivo desse espaço pelos docentes.

A pesquisa também evidenciou fragilidades estruturais significativas, sobretudo no que diz respeito à biblioteca escolar. Todos os docentes afirmaram que o espaço disponível não é adequado para a promoção da leitura: trata-se de uma sala pequena, com acervo limitado e sem condições físicas de atender uma turma inteira. Como consequência, a maioria dos professores opta por não utilizar esse espaço, realizando atividades de leitura diretamente nas salas de aula ou em outros ambientes disponíveis. Essa constatação reforça a necessidade de políticas públicas efetivas voltadas à requalificação das bibliotecas escolares, dotando-as de infraestrutura, acervos atualizados e mediação profissional.

Apesar das limitações encontradas, é possível afirmar que há uma intencionalidade pedagógica positiva no fomento à leitura por parte dos professores. Eles mobilizam estratégias criativas e buscam contornar os obstáculos impostos pela precariedade material do ambiente escolar. Essa disposição evidencia que o sucesso das ações de leitura não depende apenas da estrutura física disponível, mas, sobretudo, da sensibilidade e do compromisso dos profissionais envolvidos.

Concluímos que, para que a leitura seja, de fato, um eixo estruturante do processo formativo dos estudantes, é necessário que haja articulação entre infraestrutura, formação docente e políticas de incentivo à leitura. A promoção da leitura deve extrapolar os limites da disciplina de Língua Portuguesa e se constituir como um compromisso interdisciplinar, envolvendo todos os componentes curriculares. Assim, poderemos avançar rumo à formação de leitores proficientes, críticos e socialmente engajados, como preconiza a Base Nacional Comum Curricular (2017).

Por fim, consideramos que este trabalho representa uma etapa inicial de uma investigação mais ampla. Os resultados obtidos não apenas responderam aos objetivos traçados, como também sugerem a possibilidade de desdobramentos futuros, voltados à análise das práticas leitoras em outros contextos escolares, à formação continuada de professores e à avaliação de políticas públicas voltadas à democratização da leitura. Em contextos de crise educacional, como o vivido no Brasil contemporâneo, pesquisas que evidenciem tanto as limitações quanto as potências da escola pública são imprescindíveis para a construção de caminhos mais justos e inclusivos para a educação.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- ANTUNES, Irandé. *Linguagem e ensino: exercícios de reflexão sobre a língua*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- ANTUNES, Irandé. *Textualidade: noções básicas e implicações pedagógicas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

KLEIMAN, Ângela B. *Letramento e políticas públicas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

KOCH, Ingedore Villaça. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 2001.

KOCH, Ingedore Villaça. *Texto e coerência*. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, Ingedore Villaça. *Leitura e construção de sentidos*. São Paulo: Contexto, 2013.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. *Língua Portuguesa: ensino fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Leitura: o desafio das bibliotecas escolares*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1985.